



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA
PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES 2015
Mandato 10/01/2016 a 09/01/2020

CADERNO DE PROVA

Araranguá, 16 de agosto de 2015

Prezados(as) Candidatos(as),

- A presente prova, em conformidade com o Edital CMDCA No. 01/2015, artigos 26 a 30, contém 50 questões objetivas, com quatro alternativas (a, b, c e d), sendo: **I Parte:** 30 de conhecimentos gerais acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações e diretrizes nacionais e internacionais complementares ao tema; **II Parte:** 10 conhecimentos específicos de informática; e **III Parte:** 10 de conhecimentos específicos de português.
- O Processo Seletivo contará de prova escrita objetiva de caráter eliminatório com 50 questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 04 (quatro) alternativas e admitindo somente 01 (uma) marcação de resposta para cada questão.
- A prova escrita terá a duração de 4 (quatro) horas.
- No ato da realização da Prova Objetiva, serão fornecidos o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas. O candidato poderá, ao término da prova, retirar-se da sala de prova levando apenas o gabarito.
- Ao terminar, o candidato entregará ao fiscal o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas. O candidato em nenhuma hipótese poderá levar consigo o Caderno de Questões.
- Não serão computadas questões não respondidas nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível.
- O candidato só poderá se ausentar da sala de provas após 60 minutos do início da mesma e os três últimos candidatos só poderão ausentar-se da sala de provas juntos.
- Será excluído do concurso o candidato que, além das demais hipóteses previstas neste Edital, incidirem nas hipóteses abaixo:
 - apresentar-se após o horário estabelecido para a realização da prova;
 - apresentar-se para a prova em outro local;
 - não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
 - não apresentar um dos documentos de identidade exigidos nos termos deste Edital, para a realização da prova;
 - ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de um fiscal;

- ausentar-se do local de prova antes de decorrido o prazo mínimo de 60 (sessenta) minutos a partir do início da mesma;
 - se for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de calculadoras, relógios digitais, livros, notas, lápis, lapiseira, borracha ou impressos não permitidos;
 - se estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação (*paggers*, celulares, etc.);
 - se estiver usando boné, chapéu e óculos escuros;
 - lançar mão de meios ilícitos para a execução da prova;
 - não devolver integralmente o material solicitado;
 - perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.
-
- As questões eventualmente anuladas serão consideradas corretas para todos os candidatos.
 - O gabarito será publicado, mediante Edital afixado nos murais da Prefeitura Municipal, e das demais Secretarias Municipais e através do site da www.ararangua.net , abrindo-se prazo de dois dias para recursos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. A Lei No. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Art. 1º), que articulado com o art. 4º. e seu parágrafo único e respectivas alíneas, dizem respeito à efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente com absoluta prioridade, afirmando ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público tal encargo. Neste sentido, o parágrafo único, alíneas a, b, c e d a seguir, do art. 4º. do ECA diz que “a *garantia da prioridade absoluta compreende:*

- a) *primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) *precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) *preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) *destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude”.*

Assim sendo, assinale a única alternativa abaixo, que corresponde ao significado deste artigo no fazer do conselho tutelar:

- a) () estamos diante de um princípio de ação do conselheiro tutelar, que não deve abrir mão de promover os direitos da criança e do adolescente, como membro, no sistema de garantias de direitos, atuante no controle social das políticas;
- b) () significa que o sistema de garantia de direitos humanos da criança e do adolescente, em todos os níveis de sua atuação (desde à União, até os municípios), deve ser articulado de tal maneira, que efetive esse preceito legal na prática, cabendo ao conselho tutelar, como partícipe do sistema, proteger tais direitos, juntamente com outros atores do sistema;
- c) () quer dizer que o conselho tutelar deve agir sempre e quando for acionado por qualquer órgão de promoção de direitos humanos de crianças e de adolescentes, independentemente da demanda que lhe seja apresentada, para cumprir e fazer cumprir tais direitos, inclusive agindo contra o próprio MP se for necessário;
- d) () Nenhuma das alternativas acima estão corretas.

2. As medidas de proteção elencadas nos artigos 99 ao 102 do ECA, são destinadas a:

- a) () Crianças e adolescentes em conflito com a lei;
- b) () Crianças e adolescentes vítimas de qualquer tipo de violação de seus direitos;
- c) () Somente crianças vítimas de qualquer tipo de violação de seus direitos;
- d) () Somente a adolescentes vítimas de qualquer tipo de violação de seus direitos.

3. As medidas socioeducativas preconizadas nos artigos 115 ao 125 do ECA, são aplicadas:

- a) () Pelo Ministério Público (MP), através de parecer, ao adolescente em conflito com a lei;
- b) () Pelo juiz, via sentença, ao adolescente em conflito com a lei;
- c) () Tanto pelo juiz quanto pelo MP, à criança e ao adolescente que cometeram atos infracionais;
- d) () Pelo Conselho Tutelar, ao adolescente autor de ato infracional.

4. Ainda acerca das medidas socioeducativas, estão elencadas em ordem crescente, e não sem razão, respectivamente na seguinte ordem:

- a) () Advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação;
- b) () Advertência aplicada pelo conselho tutelar, reparação do dano, liberdade assistida, prestação de serviço à comunidade, internação e semiliberdade;
- c) () Obrigação de reparar o dano, liberdade assistida, advertência aplicada pelo MP, semiliberdade e internação;
- d) () Advertência, liberdade assistida, semiliberdade e internação.

5. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento das Nações Unidas (ONU), ao qual o Brasil recorre para incluir em nossa Constituição Federal:

- a) () Artigos relativos aos direitos humanos fundamentais;
- b) () Diretrizes básicas de respeito à dignidade da pessoa humana, o que inclui crianças e adolescentes;
- c) () Princípios orientadores do convívio social de todos os cidadãos e cidadãs e que impõem às nações, a criação de mecanismos internos que os assegurem, através de ações positivas e de políticas públicas coerentes;
- d) () Todas as alternativas anteriores estão corretas.

6. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar, conforme o art. 135 do ECA, modificado pela nova lei que alterou este artigo em 2012, em seu artigo 1º., constituirá:

- a) () "... serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral";
- b) () "... serviço de relevante idoneidade moral e presunção de inocência em crimes comuns";
- c) () "... serviço público político, mas não partidário, estando subordinado ao poder público municipal";
- d) () "... serviço público, para atuar nas políticas de infância, com a rede socioeducativa".

7. Com base no ECA, que orienta as ações do conselheiro tutelar, analise o caso a seguir, assinalando ao final, a alternativa que apresenta o encaminhamento CORRETO a ser dado ao mesmo:

"A avó materna de um adolescente de 13 anos, de uma bebê de 4 meses e de uma criança de 8 anos, recorre ao CT, informando que a sua filha faleceu em razão do parto da bebê de 4 meses, e que há cerca de 01 mês, o seu genro, que tinha carteira de trabalho assinada, foi preso em flagrante por lesão corporal grave contra colega de trabalho, e solicitando ajuda no sentido de garantir os direitos fundamentais de seus netos. Explica aos conselheiros tutelares as circunstâncias da morte da filha; as circunstâncias do abandono dos netos pelo genro, que tem a ver com a prisão em flagrante do mesmo; lamenta e desabafa sobre a morte de sua filha e, por fim, pede ajuda para o que restou da família, já que é viúva, aposentada e não tem como manter os netos sozinha, dando-lhes sustento, estudos e o devido alento, em especial ao adolescente, que tem se tornado rebelde e incomodado muito na escola".

- a) () Após o conselheiro tutelar ouvir atentamente a avó, esta foi imediatamente encaminhada ao Ministério Público, requisitando o serviço de atendimento às vítimas;
- b) () A avó foi orientada a buscar a agencia do INSS para reivindicar o auxilio reclusão aos netos; e expediu-se uma requisição de serviço público ao CRAS e/ou CREAS para atendimento cabível na atenção básica e/ou especializada, àquela família;
- c) () Imediatamente fez-se ofício à psicóloga do CREAS, requerendo atendimento, por se tratar de direitos fundamentais violados pelo pai preso;
- d) () Concluiu o conselheiro de plantão, que a avó, sendo aposentada, poderia cuidar dos netos e os dispensou dando apenas um bom conselho ao adolescente rebelde.

8. A colocação em família substituta estrangeira, conforme o art. 31 do ECA:

- a) () constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção;
- b) () constitui medida normal, que o Conselho Tutelar pode encaminhar, desde que informe ao Juizado da Infância e Adolescência da Comarca;
- c) () constitui medida preventiva de proteção às crianças em situação de vulnerabilidade social;
- d) () constitui medida socioeducativa à qual pode ser aplicada pelo Juiz, com o parecer favorável do MP.

9. Com referência ao art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar:

- a) () considera-se criança, toda pessoa com até 12 anos completos e adolescente, toda pessoa com até 18 anos incompletos;
- b) () considera-se adolescente, a pessoa em desenvolvimento de sua personalidade, com até 16 anos completos;
- c) () considera-se criança, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze a 18 anos de idade;
- d) () considera-se criança e adolescente, toda a pessoa digna de direitos e de respeito à sua dignidade.

10. Com referência à guarda, o art. 33 (caput e § 3º.) do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pode-se afirmar com certeza que:

- a) () obriga a prestação de assistência material, moral e educacional, e confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários;
- b) () obriga aos guardiões a prestarem todos os tipos de atenção à criança e ao adolescente, inclusive o dever de acompanhamento em locais públicos;
- c) () obriga aos guardiões, a atuarem como defensores da criança e do adolescente, a atuarem no sistema de garantia de direitos de seus pupilos;
- d) () obriga a prestação de assistência material, moral e religiosa, e confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de fé e justiça, inclusive previdenciários.

11. Em relação às regras da adoção previstas no ECA (artigo 42, § 4º.), é CORRETO afirmar que:

- a) () “Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, o que independe que justifiquem a excepcionalidade da concessão”;
- b) () “Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, desde que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência, não necessitando ser comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão”;
- c) () “Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, desde que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão”;
- d) () “Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros não podem adotar conjuntamente, desde que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão”.

12. Em relação às regras da tutela e adoção previstas no ECA (artigos 36 a 52-D), é FALSO afirmar que:

- a) () A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a criança ou a adolescente que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiver o necessário discernimento para os atos que lhe cabem ou que, por outra causa duradoura indefinida, não puder exprimir a sua vontade, de modo que o MP nomeará pessoa idônea para administrar a herança do tutelado, já que a ele cabe fiscalizar se tal herança será bem aplicada;
- b) () A tutela será deferida, nos termos da lei civil (Código Civil Brasileiro), à pessoa até 18 anos incompletos e pressupõe prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar;
- c) () A tutela será deferida, nos termos da lei civil (Código Civil Brasileiro), à pessoa até 18 anos incompletos e pressupõe prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, implica o dever de guarda;
- d) () A adoção de criança e de adolescente rege-se pelo ECA.

13. Quanto ao Conselho Tutelar, no que tange à escolha e mandato de seus conselheiros, é

VERDADE afirmar:

- a) () A atual legislação referente ao CT de 2012, modifica dispositivos do ECA, mandando eleger os conselheiros tutelares por sufrágio universal e aumentando o mandato dos mesmos para 04 anos, dando-lhes garantias trabalhistas antes não previstas;
- b) () A atual legislação referente ao CT, modifica dispositivos do ECA, mandando eleger os conselheiros tutelares por voto direto, aumentando o mandato dos mesmos para 04 anos e autorizando pagamento de verbas orçamentárias aos CMDCA's;
- c) () A atual legislação referente ao CT, modifica dispositivos do ECA, mandando eleger os conselheiros tutelares por voto popular obrigatório e aumentando o mandato dos mesmos para 04 anos, dando-lhes garantias trabalhistas e de segurança pessoal bimestrais;
- d) () A atual legislação referente ao CT, modifica dispositivos do ECA, inclusive o seu art. 1º., mandando eleger os conselheiros tutelares por sufrágio municipal e aumentando o mandato dos mesmos para 04 anos, dando-lhes garantias trabalhistas antes não previstas.

14. A respeito das entidades de atendimento, é CORRETO afirmar que:

- a) () As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional podem, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, devendo comunicar, em até vinte e quatro horas, o fato ao juiz da infância e da juventude, sob pena de responsabilidade;
- b) () As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional não podem, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, devendo comunicar, em até vinte e quatro horas, o fato ao juiz da infância e da juventude, sob pena de responsabilidade;
- c) () As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional podem, em caráter excepcional, mesmo sem urgência, acolher crianças e adolescentes sem e com prévia determinação da autoridade policial, devendo comunicar, em até vinte e quatro horas, o fato ao MP da infância e da juventude, sob pena de responsabilidade;
- d) () As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional podem, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, devendo comunicar, em até quarenta e oito horas, o fato ao juiz da infância e da juventude, sob pena de penalidade criminal.

15. Com relação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente (artigos 7º. e seguintes, Título II do ECA), é FALSO afirmar:

- a) () A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento institucional terá preferência a seu acolhimento familiar, desde que no município não existam interessados na sua adoção;
- b) () São direitos fundamentais, a vida e a saúde;
- c) () Os direitos fundamentais se estendem à gestante, através do SUS, o atendimento pré e perinatal;
- d) () É dever do poder público, das instituições e dos empregadores, propiciar condições adequadas ao aleitamento materno.

16. No que tange ao acolhimento institucional, é FALSO afirmar:

- a) () A colocação em família substituta só é cabível à criança e será precedida de sua preparação gradativa e terá acompanhamento posterior, realizados por equipe interprofissional a serviço da justiça da infância e da juventude;
- b) () Deve-se levar em conta o local mais próximo à residência dos pais ou responsáveis;
- c) () Imediatamente ao acolhimento, a entidade responsável pelo programa, por sua equipe técnica, deve elaborar o plano individual de atendimento, visando à reintegração familiar;
- d) () o acolhimento institucional é medida provisória e excepcional de proteção à criança ou adolescente.

17. Sobre trabalho infantil, assinale a alternativa CORRETA:

- a) () É proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos de idade e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos, no caso de cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e sempre sob a fiscalização do MPT (Ministério Público do Trabalho) e do Juizado da Infância e Juventude .
- b) () É facultado o trabalho noturno, perigoso e insalubre a menores de dezoito anos de idade e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos, no caso de cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e sempre sob a fiscalização do MPT e do Juizado da Infância e Juventude;
- c) () É proibido o trabalho no meio semiaberto noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos de idade e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos, no caso de cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e sempre sob a fiscalização do MP e do Juizado da Infância e Juventude comum;
- d) () Todas as alternativas anteriores são falsas em alguma medida.

18. Encontra-se em vigor desde 25 de abril/2013, no município de Araranguá, a portaria número 16, publicada pelo Juízo da 3ª. vara cível da Comarca, que regulamenta os artigos 146 e 149 do ECA, no que tange a entrada e permanência de crianças e adolescentes em locais de diversões públicas e particulares. Tal portaria, estabelece, entre outras coisas:

- a) () os diversos cuidados e formalidades que devem ser adotadas por estabelecimentos públicos e particulares que realizam diversões, que vão desde às condições de permissão ou não de acesso nos seus ambientes por crianças e adolescentes, até às formalidades que devem ser seguidas pelos proprietários e pelas autoridades que permitem o funcionamento dos mesmos;
- b) () que não pode ser utilizado trabalho infantil nos estabelecimentos comerciais e/ou industriais do município;
- c) () que pais ou responsáveis, devem levar seus filhos para se divertirem em lugares que primem por cultivar bons e saudáveis hábitos de convivência familiar e de fortalecimento de vínculos comunitários;
- d) () que mesmo que o estabelecimento queira, está vedada a entrada de adolescentes acompanhados pelos seus pais ou responsáveis, consistindo em pena grave o seu descumprimento, o que será punido perante o poder público municipal.

19. De acordo com o art. 10 do ECA, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

- a) () manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de 18 meses;
- b) () identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão digital e da impressão plantas da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;
- c) () proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo da mãe, bem como, prestar orientação aos pais;
- d) () manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

20. De acordo com o artigo 16 do ECA, o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, EXCETO:

- a) () ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ignoradas as restrições legais;
- b) () opinião e expressão, crença e culto religioso, brincar, participar de esportes e divertir-se;
- c) () participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- d) () participar da vida política, na forma da lei, além de buscar refúgio, auxílio e orientação.

21. O artigo 227 (*caput*), da nossa Constituição Federal, estabelece: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Este preceito está em perfeita sintonia com o ECA, o que significa dizer que:

- a) () o ECA, em seu artigo 4º., praticamente transcreve o conteúdo constitucional, para dar-lhe ênfase aos princípios da prioridade absoluta e da proteção integral à criança e ao adolescente;
- b) () a Constituição Federal não obedece ao princípio da proteção integral que orienta todo o conteúdo do ECA;
- c) () ECA e Constituição estão em desacordo somente no que tange à prioridade absoluta citada em ambos os textos legais;
- d) () pais e/ou responsáveis, juntamente com o conselho tutelar, tem o dever de zelar por tais direitos, atuando em conjunto na promoção dos direitos ali elencados.

22. Em relação à autorização para a criança viajar, assinale a alternativa CORRETA, em acordo com o ECA (Artigos 83 a 85):

- a) () Será exigida autorização judicial quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
- b) () Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.
- c) () Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável;
- d) () Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização judicial é dispensável, se a criança ou o adolescente viajar na companhia de ambos os pais ou responsável, ou, com um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por meio de documento com firma reconhecida;

23. O Brasil, sendo Estado Parte das Nações Unidas, através do Decreto No. 99.710, de 21 de novembro de 1990, promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Isso significa, basicamente:

- a) () que o governo brasileiro se compromete a executar e cumprir o inteiro teor da referida Convenção em âmbito nacional, posteriormente à sua ratificação e entrada em vigor naquele mesmo ano;
- b) () que o Brasil conseguirá apoio institucional junto à ONU, para implantar a Convenção no seio da comunidade internacional;
- c) () que o Brasil, sendo signatário das Nações Unidas, automaticamente está isento de qualquer tipo de responsabilidade quanto ao teor da referida Convenção;
- d) () que tendo adotado o inteiro teor da Convenção no seu texto constitucional, por meio do citado Decreto, está obrigado a cumpri-la na sua imparcialidade.

24. No que respeita às eleições unificadas em todo o território nacional, dos membros do Conselho Tutelar, o CONANDA publicou em dezembro de 2014, a Resolução No. 170, que alterou a Resolução 139/2010. Acerca do seu teor é CORRETO afirmar que:

- a) () trata-se de regulamentação do processo seletivo de conselheiros tutelares em todos os Estados;
- b) () trata-se do ajustamento de conduta administrativa e jurídica dos gestores do sistema de garantia, em torno de como deve agir o município sobre a formação do colegiado do Conselho Tutelar a partir de 2012;
- c) () que cuida dos interesses dos conselheiros tutelares a serem eleitos em 2015, dando-lhes garantias trabalhistas e assistenciais;
- d) () regulamenta detalhadamente cada passo a ser dado pelo CMDCA no encaminhamento do processo eleitoral unificado, estabelecendo critérios orientadores acerca da Lei No.12.696/12, que modificou artigos do ECA.

25. Em conformidade com o ECA, acerca do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, é CORRETO afirmar:

- a) () É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz;
- b) () A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo no disposto nesta lei;
- c) () Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido;
- d) () Todas as alternativas anteriores estão corretas.

26. A Constituição Federal veda o trabalho ao menor de 16 anos. Porém, permite que a pessoa maior de 14 anos de idade exerça o trabalho na condição de aprendiz. O aprendiz, segundo o ECA:

- a) () Pode realizar qualquer tipo de trabalho, desde que seja até às 24 horas;
- b) () Pode realizar trabalho em local insalubre, desde que devidamente autorizado pelos pais ou responsável;
- c) () Não pode trabalhar em horários e locais que inviabilizem sua frequência na escola;
- d) () Todas as alternativas anteriores estão corretas.

27. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA:

I - O poder familiar é exercido em igualdade de condições entre a mãe e o pai e as pendências deverão ser resolvidas pelo Juiz.

II - A falta ou a carência de recursos materiais é motivo suficiente para a suspensão ou perda do poder familiar.

III - Os pais que arruinarem os bens dos filhos podem sofrer suspensão do poder familiar.

- a) () As afirmações I e II estão corretas;
- b) () As afirmações I e III estão corretas;
- c) () As afirmações II e III estão corretas;
- d) () Todas as afirmações estão corretas.

28. Assinale a alternativa que contém apenas medidas socioeducativas:

- a) () advertência, reparação de danos e colocação em abrigo;
- b) () prestação de serviços à comunidade, reparação de danos e inclusão em tratamento a alcoólatra;
- c) () prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida e semiliberdade;
- d) () semiliberdade, internação e colocação em família substituta.

29. Quanto ao direito à educação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) () O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é um direito público subjetivo da criança e do adolescente;
- b) () O direito ao ensino pode ser exigido judicialmente por ação civil pública ou por ação particular;
- c) () Os pais têm a obrigação de matricularem os filhos no ensino fundamental;
- d) () O não oferecimento do ensino fundamental pelo Estado, acarreta a responsabilidade pessoal dos pais do menos, que devem procurar uma escola onde quer que seja.

30. As regras do ECA podem ser aplicadas:

- a) () apenas às crianças e aos adolescentes;
- b) () apenas às crianças e, excepcionalmente, aos adolescentes;
- c) () às crianças e adolescentes, mas nunca aos adultos;
- d) () excepcionalmente, aos adultos com idade entre 18 e 21 anos.

II PARTE

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

Somente uma alternativa é a correta, fique atento(a) ao enunciado de cada questão.

31. O Word para Windows:

- a) () permite a alteração do tamanho da fonte no Word através do menu Formatar + Fonte, ou da Barra de Ferramentas de Formatação;
- b) () possui como algumas de suas ferramentas a Hifenização, a Auto-correção e a Mala Aberta;
- c) () não permite aplicar fórmulas como SOMAS nas suas tabelas;
- d) () faz a Verificação Ortográfica Automática só após se ter digitado todo o texto e se ativar a opção Ferramentas + Verificar Ortografia.

32. No Microsoft Word as teclas de atalho CTRL+X, CTRL+C e CTRL+V têm respectivamente as seguintes funções:

- a) () aplicar negrito, itálico e sublinhado;
- b) () formatar letra, linha e parágrafo;
- c) () inserir, localizar, substituir;
- d) () recortar, copiar, colar.

33. São opções do Painel de Controle, EXCETO:

- a) () vídeo;
- b) () adicionar ou remover Hardware;
- c) () adicionar ou remover Programas;
- d) () mouse.

34. Com relação ao Windows e seus componentes, assinale a INCORRETA:

- a) () o Backup permite fazer cópias de segurança de arquivos;
- b) () o Scandisk permite verificar e corrigir erros em arquivos e pastas;
- c) () o Drivespace reorganiza os arquivos no Winchester;
- d) () o Wordpad é um editor de texto.

35. São recursos do Word, EXCETO:

- a) () criação automática de listas numeradas;
- b) () bordas simples ou duplas automáticas;
- c) () assistente de Ajuda do Word;
- d) () verificação Ortográfica ao digitar

36. No menu "Inserir do Word" temos as opções, EXCETO:

- a) quebra;
- b) símbolo;
- c) zoom;
- d) figura.

37. No menu "Inserir do Excel" temos as opções, EXCETO:

- a) linha;
- b) coluna;
- c) função;
- d) tela inteira.

38. A extensão padrão de uma apresentação de Slides salva no Microsoft Office PowerPoint é:

- a) .ppt;
- b) .doc;
- c) .xls;
- d) .cdr.

39. A respeito das noções de informática, assinale a INCORRETA:

- a) cilindros e trilhas são como estão organizados os discos flexíveis;
- b) Winchester e Disco Rígido designam o mesmo periférico;
- c) o Cd-Rom é um periférico usado no kit-multimídia;
- d) a RAM e o Winchester são tipos de memórias do computador.

40. Atualmente, é muito comum o uso do software Adobe Reader, necessário para a visualização de arquivos em formato PDF. A atividade de baixar esse software da Internet é denominada:

- a) Upload;
- b) Download;
- c) Downsize;
- d) Copiar.

III PARTE

CONHECIMENTOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nas questões 41 e 42, indique a letra na qual as palavras completam CORRETAMENTE os espaços das frases:

41. A criança que possui deficiência auditiva não consegue _____ os sons com nitidez. Hoje são muitos os governos que passaram a combater o _____ de entorpecentes com rigor.

O diretor do CASEP _____ pesado castigo aos adolescentes internados que reclamaram da alimentação servida.

- a) () discriminar - tráfico – infligiu.
- b) () discriminar - tráfico – infringiu.
- c) () descriminar - tráfego – infringiu.
- d) () descriminar - tráfego – infligiu.

42. No ____ dos _____ adolescentes da convivência familiar e fortalecimento de vínculos havia muitas pessoas, pois era uma _____ de apresentação do programa à comunidade em geral e às autoridades locais.

- a) () conserto - eminentes – sessão.
- b) () concerto - eminentes – sessão.
- c) () concerto - iminentes – seção.
- c) () conserto - iminentes – seção.

43. Em palavras compostas, existe hífen se a segunda delas começa por h (anti-horário) ou pela mesma letra com que a primeira termina (anti-imediato). Assinale a alternativa com as palavras em que os dois elementos devem seguir essa norma:

- a) () anti + cárie; auto + elogio.
- b) () anti + vírus; auto + afirmação.
- c) () anti + caspa; anti + econômico.
- d) () contra + ataque; micro + ônibus.

44. Se chegares sempre aonde quiseres, ganhaste.

Se a frase acima for reescrita na 1ª pessoa do plural ficará assim redigida:

- a) () Se chegar sempre aonde quiser, ganhou.
- b) () Se chegardes sempre aonde quiserdes, ganhastes.
- c) () Se chegarmos sempre aonde quisermos, ganhamos.
- d) () Se chegarem sempre aonde quiserem, ganharam.

45. Assinale a opção que contém violação à concordância.

- a) () Como mostram as denúncias, os abusos cometidos contra adolescentes e jovens são prática comum entre policiais, agentes penitenciários, militares das Forças Armadas e até a Força Nacional de Segurança, criada há apenas cinco anos.
- b) () Faça uma enquete, professor: quantos dos seus alunos pretende dedicar-se ao serviço social de fato?
- c) () Os meninos e meninas vítimas de violência sexual, muitas vezes convivem diariamente com seus agressores.
- d) () Inseguras, as pessoas muitas vezes sentem medo do que lhes possa acontecer ao se dirigirem ao trabalho ou à escola.

46. Assinale a opção que apresenta uso INDEVIDO da crase ou do acento circunflexo:

- a) () à pessoa a quem muito valorizamos, muitas vezes nos decepciona;
- b) () nem sempre sabemos agradecer àqueles que nos ajudam em momentos de dificuldades;
- c) () crianças e adolescentes são incentivadas a comparecerem diariamente às atividades realizadas no CRAS;
- d) () pais e mães responsáveis e conscientes, compreendem a necessidade de darem bons exemplos às crianças.

47. Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE as lacunas:

I. Não _____ meios de convencê-lo a ficar mais acompanhando seu filho no hospital.

II. Sairemos quando _____ dez horas.

- a) () houve- for.
- b) () houve – forem.
- c) () houveram – for.
- d) () houveram – forem.

48. Em qual das palavras abaixo a letra x apresenta não um, mas dois fonemas?

- a) () exemplifico.
- b) () complexo.
- c) () próximos.
- d) () executiva.

49. Por que a forma verbal "há" leva acento ortográfico?

- a) () É um monossílabo átono.
- b) () É palavra sem valor semântico.
- c) () É monossílabo tônico terminado em "a".
- d) () É forma verbal.

50. Assinale a palavra que não se completa com "i", e sim com "e".

- a) () pr_vilégio.
- b) () _mpecilho.
- c) () pát_o.
- d) () dent_frício.



GABARITO PARA SIMPLES CONFERÊNCIA (CANDIDATO)

	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
A																									
B																									
C																									
D																									

	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
A																									
B																									
C																									
D																									

